Em atendimento ao Ofício nº 089-2021-RCPN, Malote Digital 81720213476763, datado de 10 de Agosto de 2021, subscrito pelo (a) Oficial (a) Titular do (a) 14º Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais - Recife - PE, o (a) Sr (a) Maria da Glória Vasconcelos, comunica a indicação para ESCREVENTE AUTORIZADO (A), o (a) Sr (a) GILBERTO BENTO PONTES, RG Nº 7.387.541 - SDS/PE e CPF Nº 072.083.254-30, que atende as exigências contidas nos Art. 80 e parágrafos do Código de Normas, proceda-se com o cadastramento.

Publique-se , em seguida encerre-se este expediente!

Recife, 16 de Agosto de 2021.

Dr (a) Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Corregedor (a) Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA** , Juiz Corregedor Auxiliar do **Extrajudicial** , em 17/08/2021, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **1291382** e o código CRC **6A30FD3F** .

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Fórum Thomaz de Aquino Avenida Martins de Barros, nº 593 - Bairro Santo Antônio - CEP 50010-040 - Recife - PE - <https://www.tjpe.jus.br>

Decisão

CORREGEDORIA AUXILIAR PARA O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

SEI Nº 00032235-40.2020.8.17.8017

Assunto: Inspeção realizada no 8º Registro Civil das Pessoas Naturais de Recife (CNS nº 07.750-3). Exercício de 2020.

DECISÃO

Trata-se de inspeção realizada no 8º Registro Civil das Pessoas Naturais de Recife (CNS nº 07.750-3) durante o exercício de 2020, ocasião em que foram expedidas as seguintes recomendações pela equipe de inspeção da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial (**Doc. de Id nº 0936792 – *ipsis litteris***):

Tendo em vista as constatações efetuadas nesta inspeção, recomenda-se:

Que a Serventia, no prazo de 90 (noventa) dias, forneça/informe o andamento do procedimento para o fornecimento dos documentos faltantes, quais sejam: Alvará atualizado emitido pela prefeitura, Alvará atualizado emitido pelo Corpo de Bombeiros (foi anexado requerimento de vistoria de regularização de 27/07/2020), e no prazo de 10 dias, Contrato de seguro das instalações contra incêndios, desabamentos e etc, Certidão de Ação trabalhista, Certidão de Regularidade do FGTS (a certidão anexada está desatualizada), Certidão de Débitos Fiscais (a certidão anexada está desatualizada)

Que a serventia justifique, no prazo de 10 (dez) dias, o motivo de não informar à Corregedoria-Geral de Justiça Estadual, no prazo estabelecido pelo art. 17 do Provimento 88/19 do CNJ (alterado pelo Provimento 90/2020 do CNJ) a inexistência, nos seis meses anteriores, de operação ou proposta de operação passível de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, e, no que se refere ao SINOB, de não estar fornecendo as informações dos óbitos e nascimentos ocorridos em Pernambuco até o dia 10 de cada mês, assim como procedendo ao preenchimento do formulário eletrônico mensalmente (Provimento nº 09/2015).

Ato contínuo, a Serventia Extrajudicial inspecionada foi devidamente notificada para que cumprisse com o acima delineado (**Docs. de Id nº 0986555, 0987351, 0987362 e 0987366**), tendo enviado, após isso, resposta via Malote Digital (**Doc. de Id nº 1009024**).

Remetido o expediente para a equipe de auditores da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial (**Doc. de Id nº 1020675**), tais servidores certificaram que (**Doc. de Id nº 1284323**):“(...*omissis*...) o Cartório cumpriu em sua integralidade com as recomendações indicadas no Relatório de ID nº 0936792”.

Relatado o necessário, decido.

Considerando que as recomendações expedidas pela equipe de inspeção da Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial foram plenamente atendidas, como atesta a **Certidão de Id nº 1284323**, **DETERMINO o arquivamento deste expediente**, com arrimo nos termos do art. 73, §3º, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco[1].

Publique-se, dando-se ciência aos interessados acerca do teor da presente decisão. Após, archive-se.

Có p ia desta decisão servirá como ofício.

Recife, [data registrada no sistema].

Dr. Carlos Damião Pessoa Costa Lessa
Juiz Corregedor Auxiliar
Corregedoria Auxiliar para o Serviço Extrajudicial

[1] Conforme preceitua o art. 73, §3º, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Pernambuco (Provimento nº 02/2006): “**Art. 73.** A autoridade judiciária que tiver ciência de irregularidade administrativa é obrigada a promover sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo disciplinar.

(...*omissis*...)

§3º Quando for evidente que o fato narrado não configura infração disciplinar ou ilícito penal, a autoridade competente determinará o seu arquivamento por decisão fundamentada”.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA**, Juiz Corregedor Auxiliar do **Extrajudicial**, em 17/08/2021, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **1290422** e o código CRC **F2C90B2B**.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Fórum Thomaz de Aquino Avenida Martins de Barros, nº 593 - Bairro Santo Antônio - CEP 50010-040 - Recife - PE - <https://www.tjpe.jus.br>

Decisão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CORREGEDORIA AUXILIAR DO EXTRAJUDICIAL DO TJPE

SEI Nº 20827-96.2021.8.17.8017

Decisão

Vistos etc.

Considerando as informações prestadas pela reclamada, bem como, que, no caso dos autos, não se vislumbra a existência de conduta ilícita que configure infração disciplinar a abalzar instauração de Processo Administrativo Disciplinar por parte desta Corregedoria em desfavor do(a) responsável pela serventia reclamada, **DECIDO** pelo encerramento deste procedimento.

Cientifique-se o(a) interessado(a), cumpra-se, publique-se.

Recife, [data registrada no Sistema].

CARLOS DAMIÃO LESSA

JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR DO EXTRAJUDICIAL TJPE

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DAMIAO PESSOA COSTA LESSA**, Juiz Corregedor Auxiliar do **Extrajudicial**, em 12/08/2021, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **1287933** e o código CRC **AF4DFB5B**.